

Mensagem ao Congresso Nacional do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em
2003-02-17

DEFESA NACIONAL E POLÍTICA EXTERNA

Relações Exteriores

Agenda Política

A Política Externa brasileira terá como guia permanente a implementação dos princípios consagrados na Constituição de 1988, como a independência nacional, os direitos humanos, a autodeterminação dos povos, a não-intervenção, a igualdade entre os estados, a defesa da paz, a solução pacífica dos conflitos, o repúdio ao terrorismo e ao racismo, a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, a concessão de asilo político e a integração regional.

O Brasil apoiará a prevalência das normas do direito internacional e contribuirá para o reforço do multilateralismo. Defenderemos soberanamente nossos interesses em temas distintos, como a manutenção da paz e da segurança internacional, a promoção dos direitos humanos, a proteção do meio ambiente e a inserção dos produtos brasileiros nos mercados internacionais. Dialogaremos com o Congresso Nacional e a sociedade civil para a definição dos interesses nacionais em matéria de política externa.

A multiplicação de desafios à política externa, em razão da diversificação, seja de atores internacionais (com o surgimento de novos Estados pela fragmentação da ex-União Soviética), seja de interesses (com o surgimento de novos temas ligados sobretudo a demandas sociais), seja de conferências internacionais, requer correções de rumo.

A política externa do Governo anterior ressentiu-se da falta de plena participação do Congresso Nacional e da sociedade civil em sua formulação.

Nota-se uma diplomacia de forte componente retórico, baseada na enunciação de parcerias estratégicas pouco conclusivas.

A Nação tem de afirmar sua presença soberana e criativa no mundo. A determinação da América do Sul como prioridades do Governo substituirá o

comportamento tímido e espasmódico com nossos vizinhos e o distanciamento em relação a problemas muitas vezes comuns, criando novas possibilidades de coordenação política bilateral e a de atuação concertada na área internacional. Nossas relações com a Venezuela e a Colômbia são bons exemplos disso. Emblemáticas ainda são as diferenças de posição que ocorreram entre o Brasil e a Argentina em foros internacionais.

Essa atuação discreta e pouco incisiva do Brasil reflete-se de modo contundente em nossas relações com os EUA. Tampouco se realizou o potencial de cooperação com os grandes Estados da Ásia, como a China e a Índia. A ação política do Brasil na África, em especial na África portuguesa, foi marcada, nos anos 1990, pela desaceleração dos contatos econômicos, comerciais e políticos.

Na área cultural, a promoção das manifestações da criatividade brasileira e sua divulgação nos meios de comunicação de massa, em especial nos países vizinhos, ficou aquém do seu potencial.

O Brasil, antes um país de imigrantes, transformou-se num país de emigração. Há cerca de 2,5 milhões de compatriotas vivendo no exterior, muitos em situação clandestina. Não se mobilizaram ainda os meios adequados para prestar a correspondente assistência consular aos nossos emigrantes, plenos detentores dos direitos de cidadania.

O descompasso existente entre a estrutura administrativa do Ministério das Relações Exteriores e as exigências da dinâmica realidade internacional tampouco contribuiu para uma atuação externa mais ativa. Além da degradação do patrimônio físico do Ministério, no Brasil e no exterior, nota-se, o que é grave, desmobilização e desencanto dos funcionários das carreiras do Serviço Exterior, ressentidos de sua insuficiente participação na formulação da política externa e pela ausência de estímulo ao necessário e saudável debate de ideias.

Agenda para 2003

A política externa refletirá os anseios de mudança expressos nas ruas. A ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional. Por meio do comércio exterior, da capacitação em tecnologias avançadas e da busca de investimentos produtivos, o

relacionamento externo do Brasil deverá contribuir para a melhoria das condições de vida da mulher e do homem brasileiros, elevando os níveis de renda e gerando empregos dignos. O Brasil se tornar-se-á fonte de assessoria especializada em políticas públicas na área social. Este será um desdobramento externo natural da alta importância que o Governo Federal atribui ao desenvolvimento social.

A política externa terá como prioridade a construção da América do Sul politicamente estável, próspera e unida, baseada na democracia e na justiça social. É indispensável articular melhor a infra-estrutura de transportes, comunicações e energia para lograr o desenvolvimento econômico e social da região. O Brasil dará toda atenção à implementação da Iniciativa para Integração da Infra-Estrutura Regional da América do Sul – IIRSA.

Em conjunto com os países vizinhos da Amazônia, implantaremos a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA em Brasília, como objetivo de constituir-se em foro privilegiado e útil para o desenvolvimento econômico e social dos países amazônicos. Isso permitirá a coordenação entre eles, evitará pressões sobre os países menores e servirá para atrair investimento sem projetos de desenvolvimento sustentável.

A solidariedade ativa com os países vizinhos, respeitado o princípio básico de não-ingerência, estará no centro das atenções da política externa. Disso é exemplo a iniciativa do Grupo de Amigos para apoiar os esforços na questão da Venezuela, que contribuirá para uma solução democrática, eleitoral, equilibrada e pacífica.

No Foro de Consulta e Coordenação Política do Mercosul, facilitaremos a circulação de pessoas, o trabalho, a documentação, a assistência médica e previdenciária a iniciar-se pelas comunidades fronteiriças.

As relações bilaterais com os Estados Unidos devem refletir uma parceria madura, a partir do interesse recíproco e do respeito mútuo, não obstante os contenciosos comerciais decorrentes da interação de economias dinâmicas e complexas como as dos dois países, que devem ser encarados com naturalidade e serenidade. Serão intensificadas as atividades de consulta bilateral política e em outras áreas, prevendo-se a realização de uma reunião de cúpula bilateral.

O Brasil deverá voltar-se de forma decidida para a África, que não deve ser excluída das tratativas internacionais. O Itamaraty ampliará a presença do Brasil em maior número de países africanos. Inspiram a nova política africana, além da simples justiça, os interesses de amplo segmento da sociedade brasileira, em especial a comunidade de afrodescendentes, bem como a convicção de que as parcerias políticas de cooperação econômica, técnica, cultural e em Ciência e Tecnologia entre o Brasil e a África reforçam a aceleração do desenvolvimento econômico e social.

Em 2003, será dada prioridade às ações conjuntas com os demais integrantes da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. O objetivo será reforçar a expressão de solidariedade em língua portuguesa para transformar a Comunidade num instrumento de cooperação econômica e política.

Os mecanismos de concertação política com países europeus, assim como os instrumentos de cooperação econômica, serão fortalecidos de forma pragmática, eficaz e consistente, abandonando a retórica do passado e construindo programas concretos. A reativação da Comissão Mista Brasil - União Europeia terá grande utilidade para ampliar as relações com esse bloco regional, estabelecendo um canal próprio para o tratamento de questões de interesse específico do Brasil.

No Oriente Médio, o Brasil acompanhará cuidadosamente a situação política e o processo de paz, em particular as negociações israelo-palestinas e os Desdobramentos da Intifada. O Brasil estimulará a moderação e a busca da Paz na região, tão importantes também para as comunidades de brasileiros dela originários, de acordo com os princípios da não-intervenção e da solução Pacífica de controvérsias. A situação no Iraque será objeto da constante atenção do Governo, em firme apoio ao papel das Nações Unidas, em particular do Conselho de Segurança.

A Ásia e a Oceania – pela importância geopolítica e pela pujança econômica que as caracterizam – também merecerão atuação diplomática preferencial do Brasil, em especial no caso de três países de grande relevância no Continente asiático – Japão, China e Índia. O Brasil ampliará a cooperação com o Timor Leste nos campos da formação de recursos humanos, educação, agricultura e saúde. A identificação da Sociedade brasileira com o Timor Leste tem raízes profundas, assentadas no Sentimento de solidariedade para com a conquista da independência e nos Laços da lusofonia.

O Brasil reforçará sua participação no combate aos ilícitos transnacionais, Em todas as suas manifestações, inclusive o tráfico de drogas e delitos conexos, o tráfico de armas, a lavagem de dinheiro, a corrupção, o tráfico de seres humanos e o terrorismo. As prioridades são combater o tráfico de entorpecentes dentro das fronteiras e praticar uma política de estreita cooperação com outros países. Concluiremos entendimentos na área de lavagem de dinheiro e acordos para o controle dos precursores químicos e do tráfego de Aeronaves suspeitas de envolvimento em atividades ilícitas. Na região da Tríplice fronteira, o Brasil manterá intensa colaboração com os países vizinhos na prevenção e na repressão de atividades ilícitas.

No campo cultural, o Itamaraty cuidará de duas questões especialmente relevantes: a defesa da diversidade cultural e do direito dos povos ao amplo acesso à cultura, e a difusão das manifestações culturais do Brasil pelos meios de comunicação de massa, em especial nos países que nos são mais próximos.

A promoção e a defesa dos interesses brasileiros ocorrem também no âmbito de organismos de composição universal, caso do Sistema das Nações Unidas, compreendido pela Organização das Nações Unidas e por órgãos como a Organização Mundial da Saúde – OMS, a Organização Internacional do Trabalho – OIT e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura – FAO e de outras organizações internacionais independentes, como a Agência Internacional de Energia Atômica AIEA e a Organização para a Proibição de Armas Químicas – OPQ.

O Brasil atuará decididamente em favor do primado do direito internacional e contribuirá para o pleno funcionamento do Tribunal Penal Internacional.

O aperfeiçoamento da legitimidade e da representatividade dos organismos internacionais depende da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas para refletir a realidade contemporânea com a participação de países desenvolvidos e em desenvolvimento das várias regiões do mundo entre os seus membros permanentes. A política externa terá como um dos seus objetivos viabilizar a presença do Brasil, na condição de membro permanente, em um Conselho de Segurança ampliado.

Na esfera das negociações sobre desarmamento, não-proliferação e controle de tecnologias sensíveis, a diplomacia brasileira defenderá o princípio do multilateralismo como o melhor meio para encaminhar questões de segurança internacional. Buscaremos

resultados concretos e realistas, por meio de acordos que sejam não discriminatórios, verificáveis e irreversíveis, rumo à eliminação completa dos arsenais de armas de destruição em massa (nucleares, químicas e biológicas), categoria de armamentos que renunciamos a desenvolver e possuir. Os avanços devem ser concomitantes nas áreas de desarmamento e de não proliferação.

A Organização dos Estados Americanos é o principal foro político do hemisfério e o eixo do sistema interamericano, e nisso reside sua importância para o Brasil. A atuação do Brasil privilegiará a promoção da democracia, da paz e do desenvolvimento.

As negociações na área de meio ambiente terão atenção especial, na medida de sua importância básica para o desenvolvimento econômico e social. A proteção do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável estão estreitamente vinculadas à disponibilidade de recursos financeiros, ao acesso à tecnologia e aos mercados e à valoração dos recursos naturais. O Itamaraty agirá em estreita articulação com o Congresso Nacional, com os estados e os municípios, com o setor produtivo e com todos os segmentos interessados da sociedade. Influiremos positivamente nas negociações sobre repartição de benefícios ligados ao acesso a recursos da biodiversidade e aos conhecimentos tradicionais a eles associados. O Brasil acentuará sua ação nos foros que tratam do problema da mudança do clima.

O Brasil dinamizará o Programa Espacial, com a cooperação de outros países, entre os quais se sobressai a China. Participaremos da construção da Estação Espacial Internacional. Encontram-se sob consideração soberana do Congresso Nacional os acordos sobre a utilização do Centro de Lançamentos de Alcântara.

Uma importante diretriz da política externa será a promoção universal dos direitos humanos e o combate a todas as formas de discriminação. Reforçaremos o tratamento dessa temática nas agendas das nossas relações bilaterais. O Brasil atualizará as obrigações que assumiu ao ratificar os instrumentos internacionais de direitos humanos. Aperfeiçoaremos nossa participação no sistema interamericano de direitos humanos, dando prioridade ao tratamento dos casos de denúncias de violações na Comissão Interamericana de Direitos Humanos; à defesa da ratificação da Convenção Americana dos Direitos Humanos por todos os países do Hemisfério; à reflexão sobre a melhoria do sistema, de maneira a dotá-lo de maiores eficácia, transparência e

segurança jurídica. Será igualmente necessária a presença substantiva do Brasil na Comissão de Direitos Humanos, com representantes da sociedade civil e do Estado e com a articulação de novas iniciativas que respondam à preocupação central do Governo com os direitos humanos em geral e o combate à fome e à miséria em particular.

O combate ao racismo e à discriminação bem como a defesa dos direitos dos povos indígenas serão prioridades da política externa que o Itamaraty implementara em contato com representantes da sociedade civil e com lideranças indígenas.

A prioridade conferida pelo Governo aos assuntos da área social refletir-se-á na atuação externa do País. O impacto do lançamento do Programa Fome Zero ultrapassou nossas fronteiras e mereceu o apoio entusiasmado, entre outros, da FAO, que reconheceu a importância política e econômica dessa iniciativa e se dispõe a com ela colaborar ativamente.

No âmbito da OMS, a política brasileira de combate à AIDS tem desta que, conferindo posição de liderança ao País, o que tem gerado solicitações de cooperação de outros países em desenvolvimento, que procuraremos atender dentro de nossas máximas possibilidades. O Brasil terá papel destacado nas negociações para uma Convenção-Quadro sobre Controle do Tabaco.

O Brasil estreitará a cooperação com a OIT. Essa parceria contribuirá para vencer o grande desafio de criar milhões de novos e melhores empregos e para dar a todos as condições de trabalho decente compatíveis com a dignidade humana.

O intenso fluxo emigratório dos anos 1980 e 1990 elevou o número de brasileiros residentes em outros países. Quatro milhões e meio de compatriotas que vivem ou viajam no exterior podem necessitar atualmente de assistência consular. O Itamaraty modernizará e ampliar ao atendimento que lhe sé devido como cidadãos.

O Itamaraty adaptará sua estrutura em 2003 para atuar no cenário internacional, cada vez mais exigente e competitivo, em defesa dos interesses nacionais do Brasil. Unidades com foco na América do Sul, na África, nas negociações econômicas internacionais e no combate à fome e à miséria contribuirão para que a política externa seja um instrumento eficaz do projeto de mudança do Brasil.

Agenda econômica, financeira e comercial

A política econômico-comercial externa brasileira esteve, nos últimos anos, excessivamente pautada no pressuposto de que o aumento das exportações - apontado como a maior prioridade da agenda comercial - deveria ser perseguido sobretudo pela negociação de acordos de livre comércio.

Nos planos multilateral, regional e hemisférico, a multiplicação de reuniões e conferências levou o Ministério a engajar-se em diversas frentes negociadoras, que resultaram numa diluição de esforços e na dificuldade física para uma presença adequada às graves implicações dos objetivos a serem perseguidos.

Ao longo de 2002, o Itamaraty participou dos trabalhos da Organização Mundial de Comércio - OMC, sobretudo no que se refere às negociações lançadas em Doha, em novembro de 2001. O Brasil tomou parte das reuniões do Comitê de Negociações Comerciais da OMC - que monitora e debate o conjunto das negociações e supervisiona o trabalho de cada grupo negociador -, enfatizando a necessidade de avançar em temas que compõem a dimensão de "desenvolvimento" da Agenda de Doha (implementação, tratamento especial e diferenciado, aspectos de Direitos de Propriedade Intelectual Relativos ao Comércio - Trips e saúde pública e, muito especialmente, agricultura).

Nas negociações agrícolas da Rodada de Doha, o Brasil apresentou propostas relativas à eliminação dos subsídios à exportação, à garantia de amplo acesso a mercado e à eliminação das políticas protecionistas por parte dos países desenvolvidos.

Na área de contenciosos comerciais, o Brasil viu-se envolvido simultaneamente, em 2002, em quatorze contenciosos na OMC contra práticas desleais de comércio que violam as normas daquela organização.

A turbulência financeira por que passaram alguns países, sobretudo em desenvolvimento, entre os quais o Brasil, em 1998, e, mais recentemente, a Argentina, não inspirou a adoção de uma política externa inovadora e eficaz, destinada a promover a revisão de modelos financeiros e monetários já superados e a buscar a atualização das instituições e dos organismos financeiros internacionais. Muitas vezes, o recurso buscado limitou-se à reiterada condenação retórica dos fluxos voláteis de capitais financeiros.

O Itamaraty, portanto, ocupou-se pouco de questões financeiras, mantendo-se praticamente à margem das deliberações internacionais nessa área, cuja importância política, econômica e comercial é notória e fundamental.

Nos últimos anos, assistiu-se à desagregação do Mercosul, atribuída à crise financeira da Argentina e suas implicações cambiais, sem que se buscasse privilegiar novas formas de políticas estruturais e permanentes que significassem um aprofundamento efetivo da integração do bloco. O Brasil limitou-se, por um lado, a procurar a eliminação de restrições comerciais recíprocas e o desenvolvimento de ações que ajudassem na recuperação argentina, como a renegociação do acordo automotivo e a modificação das regras do convênio de créditos recíprocos. Por outro lado, atuou nas áreas institucional e social, de que resultaram o Protocolo sobre Solução de Controvérsias, a criação da Secretaria Técnica do Mercosul e os acordos, com a participação de Bolívia e Chile, que facilitarão a residência dos nacionais dos signatários nos territórios dos seis países, à consideração dos seus Parlamentos.

Em 2002, prosseguiram as negociações Mercosul – União Europeia. A Reunião em Nível Ministerial entre o Mercosul e a União Europeia, realizada no Rio de Janeiro, em julho, estabeleceu um programa de trabalho com metas e datas precisas para seu cumprimento.

No que se refere ao processo de conformação de uma futura área de livre comércio nas Américas, o calendário negociador aceito pelo Governo passado evidencia-se por demais estreito, se considerados a amplitude das arcas em negociação, o universo dos interesses das comunidades empresarial e sindical e a profundidade e a extensão das mudanças introduzidas pelo processo de globalização, seja nas modalidades dos processos produtivos mundiais, seja no próprio conteúdo das transações comerciais. A data-limite de 15 de fevereiro de 2003, fixada para a apresentação das ofertas para as negociações sobre acesso a mercados, está longe de permitir que o Governo possa avaliar, de forma transparente, rigorosa, ampla e democrática, as implicações da ALCA sobre a nova estratégia de desenvolvimento econômico e social, sobretudo no já referido processo contínuo de globalização da produção e do comércio.

A atuação, em 2002, do Itamaraty na área de promoção comercial, voltada para o aumento do ingresso de divisas no País, mediante a ampliação da presença do Brasil nos mercados externos, foi insuficiente, como resultado da carência de recursos financeiros. Embora o Brasil se classifique como um "comerciante global" ainda são muitas as evidências de que nossas exportações estão excessivamente concentradas, seja em termos de mercados, de produtos, de número o perfil de empresas ou de escassez de valor agregado.

Na área científica e tecnológica, foi também insuficiente o esforço do Itamaraty para identificar novas tecnologias para o País. Tampouco se estabeleceram programas capazes de aumentar, de maneira significativa, a participação do Brasil nos fluxos de transferência de tecnologia em nível mundial.

A agenda econômica do Itamaraty para 2003 estará inspirada pelo objetivo de contribuir para a inadiável reconstrução da ordem econômica mundial, a fim de atender aos anseios de milhões de pessoas que vivem à margem dos extraordinários progressos que a humanidade produziu. O Itamaraty trabalhará para a concretização da proposta do Brasil de que os países do G-7, com a colaboração dos grandes investidores internacionais, constituam um fundo internacional para o combate à miséria e à fome nos países do Terceiro Mundo.

A ação diplomática brasileira no campo econômico, em 2003, estará voltada para a estratégia nacional de crescimento e para a redução da vulnerabilidade externa.

Na OMC, a chamada Rodada de Desenvolvimento de Doha, lançada em novembro de 2001, propõe-se a avançar tanto na liberalização do acesso a mercados para bens e serviços quanto em normas e disciplinas do comércio internacional. Pela primeira vez, o mandato negociador da Rodada destaca a dimensão "desenvolvimento" bem como o objetivo de se assegurar a integração efetiva dos países em desenvolvimento aos grandes fluxos mundiais de comércio.

O Brasil empenhar-se-á pelo êxito das negociações na OMC. Na sua condição de País em desenvolvimento, com comércio diversificado e com o objetivo de realizar seu potencial exportador, o Brasil vê no aperfeiçoamento da OMC condição necessária para que se corrijam práticas comerciais distorcidas e medidas protecionistas que cerceiam as exportações. O esforço negociador brasileiro estará direcionado para área onde é evidente a competitividade do Brasil e sua capacidade de crescer no comércio mundial. Será prioritária a agricultura, pela necessidade de eliminar os subsídios e as elevadas tarifas com que os países desenvolvidos sustentam a ineficiência de seu setor agrícola. O posicionamento brasileiro nessa matéria ressaltará que, sem avanços substanciais na redução e futura eliminação dos subsídios e em acesso a mercados, o Brasil não se associará à liberalização em outras áreas.

Produtos manufaturados exportados pelo Brasil também enfrentam tarifas altas, picos tarifários e escalada tarifária, o que será necessário eliminar no plano global. Há ainda a aplicação abusiva e de cunho protecionista de medidas de defesa comercial, como *antidumping*, que cumpre impedir.

O Governo brasileiro encontrará – por meio da cooperação em diferentes foros e bilateralmente – meios e modos de valorizar produtos específicos de nossa pauta exportadora, superando barreiras artificiais e predatórias ao seu acesso a outros mercados, a exemplo do aço ou de barreiras sanitárias que não se justificam.

Será também necessário preservar o elevado alcance social das normas que facilitam medidas para a proteção da saúde pública e o acesso a medicamentos. O Brasil trabalhará pela elaboração de regras que protejam os direitos de propriedade inerentes aos conhecimentos tradicionais, particularmente quando associados ao uso de recursos genéticos. Será necessário garantir que as normas e as decisões que venham a ser alcançadas confirmem tratamento especial e diferenciado aos países em desenvolvimento, com o objetivo de reduzir o hiato entre nações ricas e pobres.

O Brasil manterá uma postura ativa e firme na defesa dos interesses nacionais nos vários foros comerciais internacionais, evitando restrições à nossa capacidade de fomentar políticas sociais, ambientais, industriais e tecnológicas. O Brasil não será tímido em lançar mão de mecanismos de solução de controvérsias para combater as barreiras protecionistas dirigidas contra produtos em que somos competitivos e demandar, de nossos principais parceiros comerciais, a plena observância dos compromissos que assumiram nos planos multilateral, hemisférico e regional. Não se trata de atitude gratuita ou beligerante, trata-se de curso de ação paralelo e complementar, ainda que independente, aos das várias vertentes negociadoras.

O Itamaraty questionará, em 2003, as políticas de subsídios praticadas por países desenvolvidos e que distorcem as condições de competição em detrimento do Brasil e de outros países em desenvolvimento. Serão concluídas consultas com os Estados Unidos e a União Europeia sobre subsídios concedidos ao algodão e ao açúcar, respectivamente. Esses contenciosos referem-se ao cerne do protecionismo agrícola dos países desenvolvidos, área em que têm sido desapontadores os sinais de progresso em favor da abertura de mercados, com o recrudescimento de práticas anticompetitivas e falta de engajamento real nas negociações internacionais em matéria agrícola por parte das grandes potências comerciais.

No que se refere ao Mercosul, será necessário, em 2003, revigorar o processo de integração, transformando-o em zona de convergência de políticas industriais, agrícolas, comerciais, científicas e tecnológicas, educacionais e culturais. Reconstruído o Mercosul, seus membros estarão aptos a enfrentar melhor os desafios do mundo globalizado e a construir uma crescente coordenação macroeconômica. Para tanto, é

fundamental que o bloco disponha de instituições mais permanentes e ganhe solidez jurídica, o que o habilitará a uma atuação mais coordenada no plano internacional.

A política de regionalização, que terá na reconstrução do Mercosul elemento decisivo, será plenamente compatível com nosso projeto de desenvolvimento nacional. A partir da busca de complementaridade na região, a política externa deverá mostrar que os interesses nacionais do Brasil, assim como de seus vizinhos, podem convergir no âmbito regional. De imediato, o Governo intensificará a prática da aliança estratégica com a Argentina, motor de uma integração sul-americana consistente. O Brasil terá o objetivo de recuperar e reforçar os instrumentos da integração no Mercosul, notadamente a gestão da Tarifa Externa Comum e a criação de uma nova dinâmica de integração produtiva. O Itamaraty dará ênfase às agendas social, cultural e política do Mercosul.

O Brasil promoverá a cooperação com os parceiros do Mercosul e demais países da América do Sul em torno de programas e políticas públicas ativas na área social, como o Fome Zero e o apoio à agricultura familiar. No que se refere à coordenação macroeconômica, apoiaremos a criação de um Instituto Monetário que realize estudos sobre as tarefas necessárias para que o Mercosul venha a ter uma moeda comum. Favorecerá o Brasil o estabelecimento de um Instituto Social voltado para iniciativas conjuntas no campo do desenvolvimento social. Serão iniciados os estudos para constituição de um parlamento do Mercosul.

As negociações para a celebração de um acordo de associação inter-regional entre o Mercosul e a União Europeia, movidas pelas afinidades culturais existentes e pelo interesse das Partes em garantir mercados para seus produtos de exportação, orientam-se por visão estratégica de longo prazo, que inclui o estreitamento do diálogo sobre temas políticos internacionais e a cooperação como ferramenta básica da promoção do desenvolvimento.

No que se refere às negociações de uma área de livre comércio nas Américas, e a despeito dos prazos estreitos e inadequados, o Governo discutirá amplamente com empresários, trabalhadores e outros setores sociais e com o Congresso Nacional as posições que deve o Brasil tomar, tendo em vista a vasta gama de interesses nacionais envolvidos. Lutará pela eliminação de todas as restrições às exportações dos produtos brasileiros, em especial os de origem agrícola, e tratará de obter regras mais justas e adequadas. Perseguirá a eliminação dos subsídios agrícolas que prejudicam nossos produtores ao privá-los de suas vantagens comparativas. Com igual empenho, tratará de

remover os injustificáveis obstáculos às exportações de produtos industriais que enfrentam tarifas altas e quotas; insistirá na adoção de mecanismos adequados e eficazes para fazer frente ao impacto que uma futura ALCA terá sobre os níveis de emprego, para promover a necessária modernização econômica inerente a estruturação de uma área de livre comércio a reunir países plenamente desenvolvidos e países ainda em desenvolvimento. Será imperativo preservar espaços de flexibilidade para nossas políticas nacionais de desenvolvimento com o objetivo de obter benefícios diretos – empregos e renda – para o povo brasileiro.

Na área de promoção comercial, o Itamaraty prestará mais apoio aos exportadores brasileiros no exterior, tendo presente a meta de aumento das exportações estabelecida para o corrente ano. O Itamaraty participará de um esforço de coordenação nacional nessa área, do qual deverá resultar a criação de um Comitê Gestor, responsável pelo estabelecimento de estratégias, metas e ações integradas. A otimização dos recursos, a coordenação das ações e a maximização dos objetivos estarão na base de um novo plano de trabalho mais adequado aos fins pretendidos.

As principais atividades do Itamaraty na área da promoção comercial no exterior estarão centradas:

- Na reciclagem de diplomatas e demais servidores;
- Na busca de novas oportunidades para a oferta exportável brasileira;
- No desenvolvimento de ações específicas voltadas para a atração de investimentos estrangeiros;
- Na ampliação do fluxo de turismo ao Brasil;
- No aumento dos estudos de inteligência comercial;
- No desenvolvimento de programa para o envolvimento direto dos grandes empresários nacionais no esforço público de aumento das exportações e
- Na criação de instrumentos que vinculem as multinacionais e suas matrizes ao esforço de exportação.

I. Política Exterior

O Brasil está empenhado em diversificar parcerias e aproximar-se do mundo em desenvolvimento, mantendo ao mesmo tempo os tradicionais vínculos com os países desenvolvidos.

A prioridade da política externa brasileira em 2006 continuou sendo a integração da América do Sul. A Cúpula África- América do Sul, realizada na Nigéria, em novembro, foi um marco nas relações Sul-Sul e na afirmação da identidade internacional da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA). Na III Reunião de Chanceleres, no Chile, foi assinado Acordo de Isenção de Vistos de Turista e Habilitação de Documentos de Identidade para o ingresso em países sul-americanos, bem como para o trânsito entre eles.

O Mercosul foi ampliado com o ingresso da Venezuela como membro pleno, em julho de 2006. Com a nova adesão, o bloco passa a ter mais de 250 milhões de habitantes, uma área de 12,7 milhões de km², um PIB superior a US\$ 1 trilhão e um comércio global superior a US\$ 300 bilhões. O Brasil exerceu, durante o segundo semestre, a Presidência Pro Tempore do Mercosul (PPTB). Logrou-se avançar na elaboração do Código Aduaneiro do Mercosul, na interconexão informática dos serviços aduaneiros dos Estados Partes e na definição de esquema para a distribuição da renda aduaneira. Foram elaborados planos estratégicos para a Ação Social e o Desenvolvimento e Integração Produtiva do Mercosul. O Brasil deu início ao Projeto do Fundo Mercosul de Apoio à Integração Produtiva de Pequenas, Médias e Microempresas, e propôs o estabelecimento de grupo de trabalho para formular um programa de cooperação na área de bicompostíveis e suas tecnologias. A fim de reduzir as assimetrias no bloco, os Estados ratificaram o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem). O Brasil efetuou contribuição no valor de R\$ 77 milhões. O Parlamento do Mercosul foi instalado em dezembro de 2006, em Sessão Solene do Senado Federal. Trata-se de órgão independente, representativo dos povos do Mercosul, com sede em Montevideu.

Em março de 2006, aconteceu, no Rio de Janeiro, a III Reunião da Comissão Mista Trilateral do Fórum IBAS (Índia, Brasil e África do Sul). Em setembro, em Brasília, houve a I Cúpula de Chefes de Estado e Governo IBAS, ocasião em que foram assinados diversos acordos e iniciadas consultas para uma área de livre comércio trilateral Mercosul-Índia-SACU (União Aduaneira da África Meridional).

Teve lugar, em Nova Iorque, à margem da Assembléia Geral da ONU, o primeiro encontro informal entre os chanceleres do BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China). No plano bilateral, registre-se a assinatura de Memorando de Entendimento com a China, incluindo acordos de autolimitação das exportações chinesas nos setores têxtil e de brinquedos. A assinatura de Acordo de Proteção Mútua de Tecnologia entre o Brasil e a Rússia, em dezembro, contribuirá para o desenvolvimento do Veículo Brasileiro Lançador de Satélites. Atenção especial também foi dada à implementação das decisões da primeira Cúpula América do Sul, Países Árabes, que o Brasil sediou em 2005. Foram abertos três portais na Internet e desenvolvidas ações de aproximação cultural. A exposição de fotografias "AMRIK - Presença Árabe na América do Sul" foi exibida em várias importantes cidades árabes e sul-americanas. em Madri e Nova Iorque. Foram também aprovados os termos para um Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e o Conselho de Cooperação do Golfo.

Em julho de 2006, o Presidente da República participou, em São Petesburgo, a convite do Governo russo, do diálogo ampliado da Cúpula do G-8. Concluiu-se vantajoso acordo com a União Européia para a definição de quotas para carne de aves, superando largamente o volume exportado em 2005. O acordo firmado com o Japão, relativo à TV digital, devera propiciar a criação de um sistema híbrido, que ajustará o padrão original japonês às características brasileiras.

Em dezembro de 2006, o Congresso norte-americano renovou o Sistema Geral de Preferências (SGP) por dois anos, mantendo o Brasil como beneficiário. Avançou-se, do mesmo modo, no diálogo Brasil-Estados Unidos sobre cooperação em energia e bicomustíveis.

Desde 2004, o Brasil detém o comando militar da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah), contribuindo com 1.200 militares. Em 2006, a Companhia de Engenharia Brasileira realizou obras importantes para a recuperação da infra-estrutura haitiana. O Governo brasileiro contribuiu decisivamente para o transcurso pacífico da eleição presidencial no Haiti.

Na Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil foi eleito para ocupar assentos em dois órgãos recém criados: o Conselho de Direitos Humanos e a Comissão de Construção da Paz. Na área de desarmamento e não-proliferação, teve lugar em junho, em Brasília, a 16ª Reunião Plenária do Grupo de Supridores Nucleares. O Brasil condenou os testes nucleares realizados pela República Democrática Popular da Coreia e conclamou aquele país a reintegrar-se ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP).

Na Organização Mundial do Comércio (OMC), deu-se continuidade aos esforços, junto com os parceiros do G-20, para destravar as negociações da Rodada Doha e obter a liberalização do comércio agrícola, incluindo o fim dos subsídios e das barreiras protecionistas nos países desenvolvidos. Após decisão da OMC favorável ao Brasil, as Comunidades Europeias adotaram regulamento que modifica a classificação aduaneira de cortes de frango salgado e congelado, tornando-a menos onerosa aos exportadores brasileiros.

O Brasil atuou na negociação que levou à decisão do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) de perdoar as dívidas de Bolívia, Guiana, Nicarágua, Honduras e Haiti. Em seguimento à iniciativa brasileira da Ação contra a Fome e a Pobreza, foi realizada em Brasília, em julho, a I Reunião Plenária do Grupo-Piloto sobre Mecanismos Inovadores de Financiamento do Desenvolvimento. O Brasil participou ativamente na criação da Central Internacional de Compra de Medicamentos para o combate à AIDS, à malária e à tuberculose (Unitaid).

Para coordenar, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, as ações de política externa relacionadas com recursos energéticos e minerais, foi criado em junho de 2006 o Departamento de Energia. Prosseguiram os estudos para a construção, do Grande Gasoduto do Sul e a Petrobras encetou conversações com o Governo boliviano relativas à nacionalização dos hidrocarbonetos naquele país. Além disso, foram realizadas reuniões preparatórias para o lançamento do fórum de Bicomustíveis, iniciativa que visa a consolidação de um mercado internacional para o setor.

Foram organizadas missões empresariais e seminários para estimular os negócios com diversos países: Tunísia, Botsuana, Argélia, Reino Unido, Arábia Saudita, Rússia, África do Sul, Índia, Uruguai, Itália, China e Chile. O Brasil participou de 53 feiras e exposições internacionais ao longo do ano. Cerca de 755 empresas nacionais tiveram oportunidade de promover seus produtos no exterior. Atividades do Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI) incentivaram o comércio com os países da América do Sul. A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) realizou centenas de ações de cooperação em áreas como saúde, agricultura, formação profissional e energia.

No campo da assistência às comunidades brasileiras no exterior, prosseguiu-se na recuperação da rede consular, de modo a prestar assistência aos quatro milhões de brasileiros que vivem fora do País. Inauguraram-se Consulados Gerais em Madri, Mendoza, Mumbai e Paris. A operação de retirada de brasileiros do Líbano foi a maior

do gênero já executada pelo Brasil, sendo que 2.950 nacionais foram evacuados da zona de conflito e 2.678 transportados para o Brasil

No plano do combate aos ilícitos transnacionais, o Brasil esteve representado nas reuniões internacionais mais importantes tratando de corrupção, crime organizado, tráfico de drogas, armas, pessoas e migrantes, lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo. O governo brasileiro instalou o Centro Regional de Inteligência, em Foz do Iguaçu, para combater ilícitos na Tríplice Fronteira

Em 2007, o Governo brasileiro buscará, em primeiro lugar, acelerar a integração da América do Sul, reforçando a identidade internacional da CASA. Serão feitos esforços para consolidar a Área de Livre Comércio Sul-americana, aprofundando a convergência entre o Mercosul, a Comunidade Andina (CAN) e o Chile. Deve-se também avançar na integração dos setores estratégicos de infra-estrutura (energia, transportes e comunicações) e executar os projetos prioritários, em particular no âmbito da Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Parte importante do processo de integração será a implementação de decisões que aumentem os fluxos de pessoas (turistas, empresários, trabalhadores, artistas e estudantes) entre os países sul americanos.

A consolidação do Mercosul requer o aperfeiçoamento dos mecanismos de redução das assimetrias, como o Focem, e o fortalecimento da União Aduaneira. Merecerão prioridade a integração produtiva e o desenvolvimento de políticas industriais e agrícolas comuns, a fim de aumentar a competitividade do Mercosul e atrair mais investimentos.

O Governo brasileiro continuará a dar impulso à cooperação Sul-Sul e a diversificar suas parcerias. Seguirá fortalecendo o IBAS como foro de articulação de objetivos compartilhados entre Brasil, Índia e África do Sul. Serão identificadas novas oportunidades de negócios e ampliadas as exportações de bens e serviços brasileiros para os países em desenvolvimento. Do mesmo modo, serão reforçados o diálogo político e a cooperação econômica, científica e tecnológica com os BRIC.

Serão também objetivos do Governo, em 2007, continuar a dinamizar os vínculos com o continente africano: promover maior aproximação entre a América do Sul e a África: fortalecer a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); e desenvolver relações com a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e com os países árabes.

Com os países do G-8, será levada adiante uma agenda de interesses comuns. As relações com os EUA e a Europa serão marcadas por um calendário intenso de visitas de alto nível e ações de cooperação e parceria. Manifestaram intenção de visitar o Brasil, no primeiro semestre de 2007, os Presidentes da Alemanha e da República Eslovaca, bem como o Primeiro-Ministro da Dinamarca. O Papa Bento XVI virá ao Brasil em maio, por ocasião da Conferência Episcopal Latino-Americana, em Aparecida do Norte.

Serão realizadas ações de promoção comercial voltadas para os mercados dos países desenvolvidos. Estão previstos eventos de atração de investimentos na Espanha, Finlândia e Noruega, bem como a modernização da BrazilTradeNet (base de dados sobre comércio e investimentos). O Brasil continuará a trabalhar para viabilizar uma decisão sobre a ampliação do Conselho de Segurança da ONU ainda na atual IXI Assembléia Geral. Deverá, também, ser mantida a cooperação com o Haiti, com base nos três pilares da política brasileira naquele país: segurança, fortalecimento institucional e desenvolvimento econômico e social.

Quanto às negociações comerciais, o Brasil buscará manter a unidade do G-20 e reforçar sua coordenação com outros grupos de países sobretudo em desenvolvimento. Será fundamental persistir no combate ao protecionismo - em particular os subsídios agrícolas - e ampliar o acesso aos mercados nos países desenvolvidos.

Serão intensificadas as negociações comerciais entre o Mercosul e a União Européia, a União Aduaneira da África Meridional (SACU), a Índia e o Conselho de Cooperação do Golfo. Será dada, em 2007, continuidade ao estreitamento das relações Comunidade do Caribe (Caricom) e o Sistema de Integração Centro-Americano (SICA). Também está prevista a conclusão das negociações para a liberalização do comércio de serviços entre Mercosul e o Chile.

Em 2007, o Brasil estará na Presidência da VIII Conferência das Partes (COP 8) convenção sobre Diversidade Biológica e deverá ter atuação destacada na negociação de um regime internacional sobre acesso e repartição de benefícios. O governo também atuará nas negociações sobre mudança do clima, para que sejam cumpridas as metas de redução de emissões de gases de efeito estufa previstas no Protocolo de Quioto e defender incentivos positivos para redução de emissões por desmatamento. O Brasil participará do processo de reforma do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e irá, ainda, cooperar com os países da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) em favor do desenvolvimento sustentável da floresta.

Outra meta do Governo brasileiro será intensificar a cooperação técnica, científica e tecnológica, a fim de aumentar a competitividade dos bens e serviços nacionais e dotar de maior autonomia a capacidade tecnológica do País. Serão reforçadas as parcerias de cooperação que incentivem a inovação e o desenvolvimento industrial, especialmente na área de biocombustíveis. Sobre esse ponto, pretende-se realizar Reunião Ministerial para o lançamento do Fórum Internacional de Biocombustíveis, com a participação do Brasil, África do Sul, China, EUA, Índia e União Europeia. O Governo brasileiro pretende organizar uma Conferência Internacional sobre Biocombustíveis, a ser realizada no Brasil, no início de 2008. Serão também negociados acordos de cooperação em energia com a Alemanha e a China.

No campo cultural, será preciso ampliar a rede de Centros de Estudos Brasileiros eleitorados, organizar cursos de língua e cultura brasileira (sobretudo na África, América Latina e Caribe), apoiar a exportação da produção audiovisual brasileira e divulgar a criação artística nacional. Será organizado, em 2007, na Argentina, o Mês do Brasil, prevendo mostras de artes plásticas, gastronomia, música e dança, a Semana de Cinema brasileiro e a participação na Feira internacional do livro de Buenos Aires. Serão também realizadas, com programação similar, semanas de cultura brasileira na Índia.